

Relatório e Contas

31 dezembro 2023



Santander Objetivo 2026

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Índice

| | |
|---|----|
| 1. Relatório de Gestão | 3 |
| 1.1. Enquadramento macroeconómico | 3 |
| 1.2. Política de investimento | 10 |
| 1.3. Informações relativas ao regulamento (ue) 2019/2088 | 10 |
| 1.4. Evolução das unidades de participação | 10 |
| 1.5. Performance | 10 |
| 1.6. Custos e proveitos | 11 |
| 1.7. Demonstração do património | 11 |
| 1.8. Evolução dos ativos sob gestão | 11 |
| 1.9. Valorimetria | 11 |
| 1.9.1. Valores mobiliários | 11 |
| 1.9.2. Instrumentos do mercado monetário | 13 |
| 1.9.3. Instrumentos derivados | 13 |
| 1.9.4. Câmbios | 14 |
| 1.10. Remunerações atribuídas | 14 |
| 1.11. Política de voto | 14 |
| 1.12. Erros de valorização | 15 |
| 1.13. Factos relevantes | 15 |
| 1.14. Eventos subsequentes | 16 |
| 2. Relatório de Auditoria | 17 |
| 3. Balanço do Santander Objetivo 2026 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023 | 21 |
| 4. Demonstração dos Resultados do Santander Objetivo 2026 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023 | 24 |
| 5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Santander Objetivo 2026 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023 | 26 |
| 6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 | 28 |

1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

Após um ano de 2022 de má memória para os mercados, o primeiro trimestre deste ano registou subidas amplas comparativamente com ganhos em ações, crédito, obrigações soberanas, ativos de mercados emergentes e cripto moedas. As matérias-primas foram a única exceção significativa a este padrão, com os preços do petróleo a caírem em todos os meses do primeiro trimestre. A análise macroeconómica de alto nível para o trimestre começou com uma nota algo otimista graças às muitas notícias positivas em janeiro.

Por exemplo, o preço do gás natural na Europa diminuiu -24,8% de janeiro a fevereiro, o que dissipou as preocupações sobre uma possível recessão. O aumento da confiança dos consumidores, que atingiu o seu ponto mais alto dos últimos meses, refletiu-se numa série de indicadores de sentimento. Entretanto, a economia da China continuou a abrir e as restrições foram flexibilizadas, aumentando as expectativas de que mais economias a nível global iriam registar crescimento. Devido à melhoria das perspetivas macroeconómicas, muitos ativos tiveram um início de ano muito forte. Por exemplo, o S&P 500 (+6,3%) e o STOXX 600 (+6,8%) na Europa tiveram o melhor início de ano desde 2015. Mas, à medida que fevereiro avançava, o ambiente nos mercados tornou-se decididamente mais sombrio.

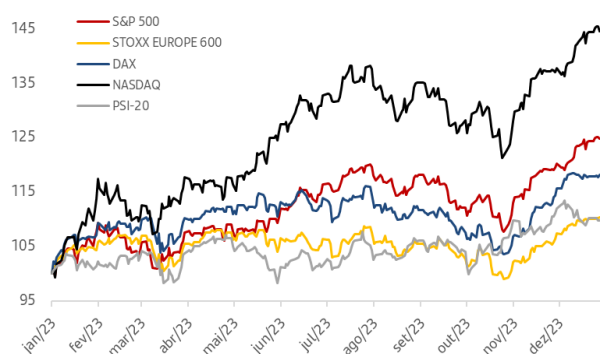
A principal causa foi a divulgação de dados económicos positivos publicados nos EUA e uma inflação mais elevada do que o previsto, que convenceram os investidores de que estavam iminentes mais aumentos de taxas de juro. De facto, o desemprego atingiu um mínimo de 53 anos de 3,4%, o que suscitou um debate sobre a possibilidade de um cenário de "no landing" da economia dos EUA, que significava inflação elevada e crescimento robusto, forçando a Reserva Federal a ainda mais aumentos de taxas. Não obstante, os Estados Unidos não foram o único país a registar esta tendência. A inflação subjacente na Zona Euro atingiu um máximo histórico de +5,3% em janeiro, de acordo com os dados divulgados em fevereiro o que desencadeou uma liquidação significativa de obrigações internacionais, com o *Global Aggregate Bond Index* da Bloomberg a registar o seu pior desempenho em fevereiro desde a sua criação em 1990 (-3,3%).

Em março, os investidores aumentaram as suas expectativas para as taxas terminais do banco central devido à persistência da inflação. No seu testemunho semestral no Congresso, o Presidente da FED confirmou esse facto, afirmando que a FED estaria preparada para aumentar o ritmo de subida das taxas e deixando explicitamente a porta aberta a futuras alterações de 50 pontos base. Pouco depois, a 8 de março, as taxas de rendibilidade a 2 anos atingiam um máximo não observado desde 2007 e as expectativas para a taxa terminal da FED atingiam um novo máximo do ciclo de 5,69%. A curva de 2s10s fechou nesse dia com uma inversão de -109bps, o que não acontecia desde 1981. Mas, tudo isto mudou abruptamente quando o Silicon Valley Bank entrou em colapso, suscitando preocupações sobre o sistema financeiro e receios de um maior contágio. Na sequência de um intenso escrutínio por parte dos investidores e de saídas significativas de depósitos, o Credit Suisse acabou por ser comprado pelo UBS com garantias do governo suíço. Devido à significativa turbulência no mercado que resultou desta situação, os investidores questionaram-se se os bancos centrais iriam terminar o atual ciclo de aumento das taxas. Em meados de março, as taxas de rendibilidade das obrigações do Tesouro a 2 anos registaram a maior descida diária desde 1982 e apesar da recuperação geral do mercado acionista, as ações dos bancos sofreram um impacto negativo, com o índice de bancos KBW a cair -17,9%. No final do mês, os mercados davam indicação que estariam a estabilizar-se. Desde o pico da agitação, as medidas de volatilidade, como o índice MOVE e o índice VIX, diminuíram significativamente, impulsionados pelas melhoras nas condições financeiras. Além disso, como os investidores estavam muito menos preocupados com aumentos abruptos das taxas, as obrigações soberanas tiveram um desempenho excecional. De facto, desde março de 2020, quando os investidores se refugiaram em paraísos seguros e a FED reduziu as taxas e reiniciou a compra de obrigações, os títulos do Tesouro dos EUA tiveram o seu melhor desempenho mensal em três anos.

Os mercados financeiros tiveram um segundo trimestre mais inconsistente. Alguns investimentos tiveram um desempenho

Mercados acionistas em 2023

Fonte: Refinitiv 04/01/2023



excepcional, com as ações tecnológicas a superarem significativamente outros investimentos devido ao interesse na Inteligência Artificial (IA). Isto incluiu outros ativos de risco, o que contribuiu para a diminuição da volatilidade devido à falta de evidências de que os problemas de março tivessem repercussões financeiras mais vastas. Contudo, a inflação persistente e a continuação da política restritiva dos bancos centrais causariam a subida de *yields* nas obrigações soberanas. Em geral, as matérias-primas também tiveram dificuldades, com os preços do petróleo bruto Brent a caírem pelo quarto trimestre consecutivo. Os investidores mostraram-se receosos quanto ao início do segundo trimestre, após a significativa turbulência do mercado em meados

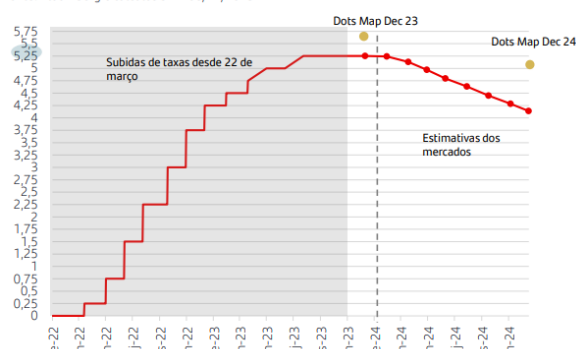
de março pela possibilidade de mais falências bancárias. Antes de ser encerrado em 1 de maio, o First Republic Bank, em particular, esteve sob pressão crescente, tornando-se o terceiro banco a falir este ano, depois do SVB e do Signature.

A maioria dos seus ativos foi adquirida pelo JPMorgan e, a 4 de maio, o índice KBW Banks fechou no seu ponto mais baixo em mais de dois anos. Mas o que foi notável no segundo trimestre foi o facto de a turbulência financeira parecer isolada, pelo menos por enquanto. De facto, em junho, o índice VIX de volatilidade das ações tinha recuado para o seu nível mais baixo desde o surto de Covid-19 e tinha terminado o terceiro trimestre em apenas 13,59 pontos, marcando um declínio significativo.

Os bancos centrais continuaram a concentrar-se na manutenção de níveis elevados de inflação, uma vez que a turbulência financeira parecia estar mais sob controlo. Enquanto a inflação global caiu no segundo trimestre, a inflação subjacente manteve-se muito mais resistente. Por exemplo, os dados mais recentes relativos a maio revelaram que a inflação subjacente do índice de preços no consumidor (IPC) nos EUA se situou em 4,6%, ou seja, ligeiramente abaixo do nível de 4,7% registado três meses antes. À semelhança dos EUA, a inflação subjacente na Zona Euro manteve-se em 5,4% em junho, apenas ligeiramente abaixo do pico de 5,7% registado em março.

EUA: Futuros das taxas dos Fed Funds (limite inferior)

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 08/12/2023



O aumento da inflação exigiu que os bancos centrais continuassem a aumentar as suas taxas diretoras. A FED aumentou as taxas em 25 pontos base adicionais em maio e, apesar de ter feito uma pausa em junho pela primeira vez em mais de um ano, o seu gráfico de pontos previa mais dois aumentos das taxas para o saldo de 2023.

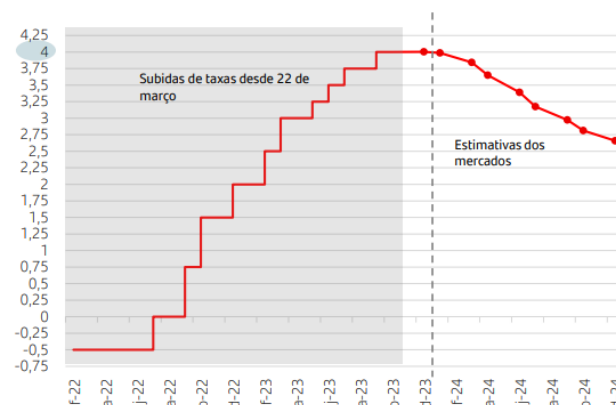
O BCE aumentou a sua taxa de depósito em 25 pontos base em maio e junho, elevando-a para 3,5%. Dados sólidos, com a economia dos EUA, em particular, a continuar a mostrar sinais de resiliência, forneceram um apoio adicional a este facto. De facto, as folhas de pagamento não agrícolas continuaram a crescer rapidamente em abril (+294 mil) e maio (+339 mil), e o número de novos pedidos de subsídio de desemprego tem vindo a diminuir desde o seu pico no início de abril.

Em resultado da persistência da inflação e dos bancos centrais "hawkish", as obrigações soberanas registaram dificuldades no segundo trimestre. As obrigações do Tesouro dos EUA registaram uma descida de 1,4%, pondo fim a dois trimestres consecutivos de ganhos, enquanto as obrigações alemãs registaram uma descida mais moderada de -0,4%. No entanto, os títulos com pior desempenho foram os *gilts* (-6,0%), que registaram a maior queda desde a turbulência do mini-orçamento em outubro passado. No Reino Unido, onde a taxa de inflação do IPC é a mais elevada do G7, registaram-se várias surpresas positivas em termos de inflação e o Banco de Inglaterra aumentou inesperadamente as taxas de juro em 50 pontos base em junho. Em comparação com outros bancos centrais, os mercados estão a prever um ciclo de aperto mais agressivo para o Banco de Inglaterra, com os *swaps* de índice *overnight* a preverem uma taxa terminal superior a 6%.

Apesar das preocupações com a inflação e a descida do preço das obrigações soberanas, os ativos de risco tiveram, de um modo geral, um bom desempenho no 2.º trimestre. Por exemplo, o S&P 500 aumentou +8,7% em termos de retorno total, o que se seguiu a um ganho de +7,5% no primeiro trimestre e é o maior ganho trimestral desde o quarto trimestre de 2021. O Nikkei no Japão, registou o seu segundo melhor desempenho trimestral numa década, já o STOXX 600 (+2,7%) na Europa foi menos rápido, mas ainda conseguiu registar o seu terceiro ganho trimestral consecutivo superior a 6%.

Taxa de depósito baseada em Forwards €STRN

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 08/12/2023



| | 2023 | 2024e |
|---------------------------|--------------|--------------|
| PIB EUA | 2,40% | 1,40% |
| Inflação EUA | 4,20% | 2,90% |
| PIB Zona Euro | 0,50% | 1,20% |
| Inflação Zona Euro | 5,60% | 3,30% |
| PIB Portugal | 2,10% | 1,50% |
| PIB Espanha | 2,20% | 1,70% |
| PIB China | 4,90% | 4,00% |

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

Com o NASDAQ a subir +13,1% e o índice FANG+ das mega capitalizações tecnológicas a subir +25,2%, as ações tecnológicas voltaram a liderar o desempenho do sector. O que foi possível devido ao intenso entusiasmo em torno do potencial da IA para aumentar a produtividade e acelerar o crescimento económico. A Nvidia (+52,3%) teve um dos desempenhos excepcionais no segundo trimestre devido à procura de processadores de IA, o preço das suas ações aumentou no final de maio, depois de terem anunciado ganhos com uma perspetiva muito superior às expectativas, aumentando em +189.5% até à data.

No entanto, é importante notar que o S&P 500 igualmente ponderado não teve um desempenho tão bom quanto sua contraparte padrão, devendo-se ao facto de as ações tecnológicas terem tido um desempenho positivo tão significativo nos últimos meses.

A resolução do problema do teto da dívida dos EUA, que causou brevemente uma volatilidade significativa no mercado, foi outro fator de apoio aos mercados. De facto, durante um breve período de tempo, as *yields* das obrigações do Tesouro com vencimento após o prazo para a negociação do teto da dívida norte americano subiram, ilustrando como os investidores estavam a exigir uma compensação adicional para manter as obrigações em risco de incumprimento. Mas, a 27 de maio, chegou-se a um compromisso e, em 3 de junho, o Presidente Biden assinou-o como lei.

O segundo semestre começou negativo para os mercados. O *selloff* de obrigações no início de agosto, conduzindo as *yields* ao seu nível mais elevado dos últimos anos, foi o principal acontecimento, tendo a *yield* da dívida norte-americana a 10 anos atingido 4,36%. Esta subida foi alimentada pelas *yields* reais estando a afetar significativamente a economia real com os juros pagos pela habitação.

O *selloff* não teve causa específica, mas foi influenciado pela diminuição de rating dos EUA de AAA para AA+ pela Fitch. A preocupação crescente com o défice orçamental dos EUA solidificou a ideia de que as taxas se iriam manter mais altas por mais tempo.

Em Jackson Hole, Jerome Powell teve um tom muito menos agressivo do que no ano anterior, dissipando as preocupações sobre aumentos radicais de taxa. O inquérito JOLTS revelou que o mercado de trabalho continuou a arrefecer, com a taxa de demissões a regressar à sua taxa pré-pandémica de 2,3% e o número de vagas a cair para o seu nível mais baixo desde março 2021.

Fora dos EUA, as perspetivas económicas continuaram aquém do esperado, com o PMI composto da Zona Euro a recuar para 47,0, pior do que o previsto e no nível mais baixo desde final de 2020. Contudo, a leitura flash da inflação para a Zona Euro ainda está nos +5.3%, influenciada pelo aumento do preço do gás natural na Europa (+ 23,5% no mês), devido a uma possível greve nas instalações de GNL na Austrália.

A economia chinesa continuou a causar preocupação, provocando quedas no Shanghai Composite de -6,3%. Em parte, motivado por dificuldades no sector imobiliário, também o aumento homólogo das vendas a retalho e da produção industrial diminuiu para +3,7% e +2,5%, respetivamente. Como resposta, o Banco Popular da China reduziu a taxa da sua facilidade de crédito a médio prazo.

As obrigações e as ações recuperaram no fecho de agosto à medida que se generalizou o otimismo renovado sobre o soft landing. A inflação core também ajudou à recuperação com junho e julho a mostrarem a menor subida desde fevereiro de 2021. O S&P 500 (-1,6%) e o NASDAQ (-2,1%) estagnaram após 5 meses de subidas, continuando com +18,7% e +34,9%, desde início do ano. O Hang Seng (-8,2%) teve um dos seus piores meses (-4,4%) enquanto na Europa o DJ Stoxx 600 anulou os ganhos do mês anterior com -2,5% e o Eurostoxx 50 lateralizou (-0,42%).

No terceiro trimestre, apenas 11 de 38 classes de ativos financeiros estavam em território positivo, e em setembro apenas 7 tiveram comportamentos positivos, o que fez deste o pior mês de 2023. As quedas tiveram várias causas, mas a mais importante foi a sensação crescente de que os bancos centrais iriam provavelmente manter as taxas de juro mais elevadas durante mais tempo, a par de um aumento de \$20/barril do petróleo durante o trimestre. As perdas também contribuíram para a reputação de setembro como o pior mês para os mercados financeiros nos últimos anos. De facto, foi o quarto ano consecutivo em que o S&P 500 e o STOXX 600 registaram quedas em setembro, bem como o 7º ano consecutivo em que o agregado global de obrigações da Bloomberg registou uma queda no mês.

No que diz respeito aos ativos financeiros, a maior história do terceiro trimestre foi a correção das obrigações de longo prazo. A *yield* a 10 anos do Tesouro norte-americano terminou o trimestre com uma subida de +0,735% para 4,57%, valores que não se verificavam desde 2007, enquanto a *yield* do bund alemão a 10 anos subiu +0,448% para 2,84%, o que não se registava desde 2011.

Entretanto, também se verificou uma atenção crescente aos persistentes défices orçamentais norte-americanos e que impacto teriam nas taxas, sobretudo depois de a Fitch Ratings ter baixado a notação de crédito dos EUA em agosto, de AAA para AA+.

Este enquadramento levou a um fraco desempenho das ações, com o S&P 500 e o Eurostoxx 50 a cair -4,8% e -2,71% respetivamente. Este foi o pior mês do ano até à data para o índice norte americano e deixando-o com uma queda de -3,3%. No entanto, manteve-se positivo desde início do ano, com um ganho de +13,1%. Não obstante, estes movimentos não alteraram as expectativas de mercado para a política monetária da Reserva Federal e BCE.

O mês de outubro foi de novo fraco para os mercados e dominado, principalmente, pelo ataque do Hamas a Israel e consequente retaliação. A preocupação dos investidores centrou-se na possibilidade de alargamento do conflito a outros países do Médio Oriente e consequentes impactos em vários ativos importantes. Houve um impacto imediato no preço do crude e do ouro (+7,5% e +7,3% respetivamente) tendo corrigido no final do mês.

O outro grande foco do mês recaiu na resiliência da economia norte-americana, que não só adicionou mais 336 mil empregos como continua com pressões inflacionistas no preço médio do consumidor core, que adicionou mais 0,32%, um máximo nos últimos 5 meses. Dado isto, os futuros começaram a descontar uma probabilidade de 41,5% de subida de juros para a reunião da FED de janeiro 2024.

O impacto desta resiliência deu-se, sobretudo, nas *yields* das obrigações soberanas norte-americanas. A *Yield* a 10 anos subiu pelo sexto mês consecutivo - fechando nos 4,93%, tendo até chegado a ultrapassar o máximo histórico de 2007 de 5%-, o que transpareceu para a economia real com os empréstimos a habitação a 30 anos a apresentarem taxas fixas de 7,9%, o valor mais alto desde o ano 2000.

Em sentido contrário, os dados europeus foram muito mais fracos no mês, com a primeira estimativa do PIB da Zona Euro no terceiro trimestre a registar uma contração de -0,1%, o pior desempenho desde o segundo trimestre de 2020. No entanto, este ponto trouxe a boas notícias do lado da inflação, com o valor anual em outubro a cair para +2,9%, o mínimo dos últimos de dois anos, o que impulsionou as obrigações soberanas da Zona Euro, com ganhos de 0,4%.

As subidas de taxas apontaram também para quedas nos mercados acionistas, com o S&P500 a cair -2,1% - sendo a primeira vez que existe uma terceira queda consecutiva mensal desde março 2020 - e o Eurostoxx 600 com perdas de -3,6%. Os mercados emergentes também foram afetados, com o índice MSCI EM a registar -3,9%. Já do lado das obrigações, os ligeiros ganhos do lado europeu (*bunds* +0.3%, *OATs* +0.2% e *BTPs* +0.6%) contrastaram com as perdas no lado americano com declínios de -1.3%.

Em sentido inverso aos meses anteriores, novembro trouxe de novo a especulação sobre um pivot da FED devido à crescente confiança dos investidores de que se chegaria ao final do ciclo de subidas de taxa de juro. A recuperação dos mercados arrancou no início do mês após a última reunião da FOMC - onde foi dito que as condições financeiras tinham restringido "significativamente" - e foi depois apoiada com a surpresa na inflação dos EUA com o IPC global a subir apenas +0,04% e o core com uma ligeira subida de 0,23%. Subsequentes discursos da FED e uma revisão em alta do PIB dos EUA (+5,2%) adicionaram ainda mais entusiasmo, levando os mercados a aumentar as expectativas de cortes de taxa em maio.

As boas notícias significaram um resultado excepcional das obrigações com a *yield* do *treasury* dos EUA a 10 anos a cair de 4,93% para 4,33%, o maior declínio desde julho 2021. Do lado do BCE, as obrigações soberanas da Zona Euro ganharam +3,0% e os *bunds* +2,6%. Isto levou os investidores a descontar cortes de taxa já em abril do ano que vem, resultando no melhor resultado do Índice Global de Obrigações da Bloomberg desde a grande crise financeira de 2008, subindo +5,04%.

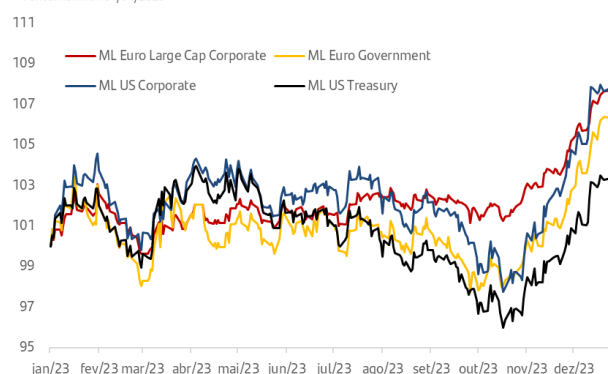
O apetite de risco também subiu, com o S&P 500 a quebrar as perdas dos meses anteriores com uma subida de +9,1% em retornos totais, e o NASDAQ subir até +10.8%, devido às subidas do setor tecnológico. Por outro lado, o índice de volatilidade VIX teve a maior queda desde o ano passado. As ações europeias também tiveram subidas acentuadas com o Eurostoxx 50 a subir +7,91%. Esta recuperação também apoiou o crédito empresarial (EUR IG +2,3% e USD IG +5,5%) com os spreads de Investment Grade a contraírem para 1,04%.

Os preços da energia continuaram a cair mesmo depois de anúncio de cortes de produção da OPEC (Brent -5,2%). Em oposição, o ouro atingiu máximos de 6 meses (+2.6%, \$2,036/oz.)

Depois de um novembro com retornos históricos para os mercados, sendo os cortes de taxa de juro por parte dos bancos centrais o tema dominante, dezembro conseguiu superar o desempenho do mês anterior, com parte do choque monetário de 2022 a ser revertido no período. O índice de obrigações globais obteve ganhos de +4,2% no mês, terminando o ano com um retorno, desde o início do mesmo, de +5,7%. Um resultado extremamente inesperado dado o comportamento destes ativos no fim de outubro. As restantes obrigações também continuaram o excelente desempenho, com as obrigações a 10 anos norte-americanas a terem ganhos de +3,5% e as obrigações empresariais USD com ganhos de +4,0%, enquanto as obrigações soberanas europeias subiram 3,7% e as obrigações empresariais EUR a terem um desempenho de +2,8%.

As obrigações em 2023

Fonte: Refinitiv 04/01/2023



No que respeita às ações, o final do ano também trouxe subidas significativas, levando o S&P500 a ter ganhos de +4,5% e o Nasdaq a apreciar +5,6%. Do lado europeu, o Stoxx 600 subiu +3,9% no mês, sendo que os únicos resultados negativos vieram da China com o Shanghai Composite a perder -1,7%. Nas matérias-primas, o petróleo Brent continuou a tendência de descida devido à fraca procura, terminando o ano a perder -10,3%.

Em suma, 2023 foi um ano de recuperação extraordinária após um 2022 de má memória, tendo os mercados registado valores bastante atrativos para os investidores. O S&P 500 teve uma subida de +26,3%, o STOXX 600 de +16,6% e o índice MSCI World de +24,4%. As ações tecnológicas foram as que mais se destacaram em termos sectoriais, com o NASDAQ a registar uns impressionantes +44,7%, enquanto o índice dos 7 magníficos (Apple, Microsoft, Alphabet, Amazon, Nvidia, Meta e Tesla) tiveram um dos melhores desempenhos de qualquer ativo financeiro em 2023, subindo +107%.

Fonte: Deutsche Bank Early Morning Reid: December, Q4 and 2023 Performance Review

Economia Portuguesa

Após o fim da pandemia, o PIB de Portugal atingiu 5,4% em 2023, superando o nível de 2019. O PIB futuro continuou a crescer rapidamente acima da Zona Euro. O Banco de Portugal prevê uma queda da taxa de inflação de 5,2% este ano para 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025, já próximo do objetivo de política monetária do Banco Central Europeu. Os efeitos negativos da inflação ainda elevada e da maior restritividade da política monetária sobre a procura interna foram complementados por melhorias no mercado de trabalho, medidas públicas de apoio ao rendimento das famílias e maiores entradas de fundos europeus. Além das condições monetárias e financeiras menos favoráveis, a pressão inflacionista internacional diminuiu. A procura externa dirigida aos exportadores portugueses também diminuiu.

A economia cresceu acima do previsto em 1,6% no primeiro trimestre de 2023, principalmente devido ao dinamismo das exportações, na componente do turismo. A atividade continuou a crescer no primeiro semestre do ano, com variações em cadeia de 0,3% no segundo trimestre e de 0,5% nos dois trimestres seguintes. A perspetiva de um aumento no rendimento disponível real manteve o mercado de trabalho dinâmico e incentivou a procura interna. No que diz respeito às exportações, houve ganho de quota adicional nos serviços, em linha com as tendências recentes, onde o turismo teve um impacto significativo na economia nacional neste semestre.

A inflação diminuiu desde o final de 2022, com as partes mais voláteis do IHPC a impactarem em baixa os preços em 2023. Isto foi refletido principalmente devido à redução dos preços das matérias-primas alimentares e energéticas nos mercados internacionais. A redução da inflação, excluindo estes bens, foi determinada pelas pressões associadas ao aumento dos salários e margens de lucro, bem como pelos efeitos imprecisos derivados dos componentes voláteis da inflação. Num contexto de expectativas de inflação estabilizadas, a maior restritividade da política monetária resultou na convergência da inflação para valores próximos dos projetados para a área do euro e compatíveis com o objetivo de estabilidade de preços no final do horizonte, com a inflação do segundo trimestre atingindo -0,3 pontos percentuais (pp) em relação às indicações de março do Banco de Portugal. As pressões inflacionistas externas diminuíram e a redução temporária do IVA para alguns produtos alimentícios compensou parcialmente os efeitos da inflação interna.

Foi também registada uma melhoria em relação ao défice da balança corrente e de capital de +0,4% do PIB em 2022 devido ao aumento do saldo da balança de bens e serviços em 2023, bem como os efeitos positivos de volume e termos de troca, e é previsto pelo Banco de Portugal que a balança corrente e o saldo de capital devem aumentar para 2,1% do PIB no segundo semestre de 2023.

No primeiro trimestre, a economia portuguesa desacelerou resultado de uma retração mais marcante das exportações de bens e serviços, que superou a dinâmica da procura interna. Em termos homólogos, o produto interno bruto aumentou ainda 1,9%.

O indicador de clima económico continuou a tendência de desaceleração, tendo registado um mínimo em novembro. O indicador de sentimento económico, por outro lado, continuou negativo, tendo melhorado dos mínimos do segundo e terceiro trimestres.

O consumo privado recuperou no 3T após uma contração inesperada no trimestre anterior. Uma explicação para a recuperação foi a despesa em bens alimentares, bem como a despesa discricionária em bens e serviços não alimentares. No entanto, o consumo privado cresceu apenas 0,9%, abaixo do PIB, e os efeitos da inflação e das taxas de juro elevadas foram dissipados tendo a inflação desacelerado em termos homólogos. Contudo, a confiança dos consumidores voltou a diminuir em novembro, após a demissão do primeiro-ministro António Costa e o anúncio da dissolução do Parlamento. Após dois trimestres de redução, o investimento recuperou no 3T23. Essa dinâmica foi fortemente explicada pela despesa de capital em material de transporte e propriedade intelectual. Dinâmica essa que se manteve no 4º trimestre, como demonstra a patente nas vendas de veículos comerciais. Os indicadores de investimento disponíveis, exceto os de material de transporte, permanecem em terreno negativo, indicando dinâmicas inconsistentes no 4T2023.

No final do ano as exportações de bens e serviços caíram. A evolução do setor industrial em toda a Europa, especialmente na Alemanha, foi acompanhada pelas exportações de bens. Por outro lado, as exportações de serviços contrastam com os principais dados do setor do turismo, como o aumento do número de hóspedes não residentes, das dormidas e dos proveitos do setor. As importações aumentaram, principalmente ao nível dos serviços e a avaliação da atividade nos mercados externos, bem como as perspetivas de procura externa para o setor industrial, permaneceram em terreno negativo.

Embora continue a refletir uma economia em pleno emprego, a taxa de desemprego aumentou para 6.7%. O nível de emprego foi afetado ligeiramente pela redução da população ativa, justificado pelo fim dos empregos sazonais no setor de turismo. A taxa de desemprego registada no IEFP tem aumentado lentamente, mas ainda em mínimos, enquanto as oportunidades de emprego têm permanecido relativamente estáveis, embora abaixo das de há um ano. Ainda que a indústria tenha tido um crescimento moderado, as remunerações cresceram de forma significativa. Não obstante, os custos do trabalho diminuíram e convergiram para o crescimento constante de cerca de 6% em termos homólogos na Zona Euro. Embora tenha revertido a redução mais significativa ocorrida durante o verão, a produção industrial continuou a diminuir nas indústrias química, pasta e papel e calçados. Apesar do encerramento temporário da AutoEuropa devido a problemas com o fornecimento de peças, o setor automóvel manteve-se estável (-0.5%) até final do ano.

O Estado foi o maior beneficiário do contexto de crescimento e de inflação, com um crescimento dos impostos diretos (+13.1% tvha a outubro), e dos indiretos (+6.4% tvha), em particular do IVA (+6.7%). As despesas do subsetor Estado, acumuladas a outubro, cresceram 3.5%, fruto da dinâmica ao nível da despesa corrente (+3.1%) e dos aumentos salariais e descongelamentos de progressões, na Função Pública (as despesas com pessoal cresceram 4.3%). Os encargos com o serviço da dívida cresceram apenas 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, apesar da subida das taxas de juro. O aumento constante das receitas fiscais, especialmente as indiretas relacionadas à resiliência da atividade económica e especialmente num ambiente de inflação elevada, tem superado o aumento das despesas públicas, resultando em um excedente orçamental ao nível do subsetor do Estado. Uma das razões para a mudança de remuneração foi o crescimento explosivo dos Certificados de Aforro (+113% YoY), que liderou o crescimento homólogo de 2.7% da dívida pública direta do Estado em outubro de 2023. A dívida pública era de 107,2% do PIB no final do 3T23. Com a descida dos preços da energia e a reversão de fatores ainda relacionados à pandemia, a taxa de inflação continua a desacelerar, situando-se em 1.5% em novembro. A inflação subjacente, que abrange alimentação e energia, desacelera mais lentamente e está em 2,9 por cento.

A reversão dos efeitos de base e a reposição do IVA na alimentação podem levar a uma aceleração da inflação nos próximos meses. Até setembro, a balança de bens e serviços teve um excedente maior, devendo-se ao aumento do saldo da balança de serviços, que atingiu um máximo histórico. Nos primeiros nove meses do ano, as exportações de bens diminuíram 1%, enquanto as importações diminuíram 2.5% permitindo uma ligeira redução do défice da balança de bens.

Fonte: Boletim Económico Banco de Portugal (meses de Agosto e Dezembro 2023); Banco Santander Totta : Gabinete de Estudos Económicos e Relações com Investidores | Portugal Dashboard económico Evolução e Tendências 2023)

1.2. Política de Investimento

No final do ano, o fundo estava ativo há praticamente dez meses. A política de investimento tem sido a planeada inicialmente, ou seja, o fundo investiu numa carteira diversificada de 44 obrigações de crédito com maturidades inferiores ao vencimento do fundo, com uma estratégia *buy and hold*. O fundo teve retornos positivos desde o seu lançamento, uma vez que tanto os *spreads* de crédito como os retornos das taxas de juro diminuíram ao longo do período. De qualquer forma, por se tratar de um fundo cujo objetivo é rentabilidade para os clientes que permanecem até o vencimento dos investimentos, o retorno esperado no vencimento está dentro do objetivo inicialmente estabelecido.

1.3. Informações Relativas ao Regulamento (UE) 2019/2088

Os investimentos do OIC podem estar sujeitos a riscos de sustentabilidade que incluem riscos ambientais, sociais e de melhores práticas de governo. Estes riscos podem ter impacto no investimento tal como risco de mercado, risco operacional ou ainda risco legal.

Os riscos de sustentabilidade dos OIC que não seguem critérios "ASG" podem ter um impacto material (como riscos financeiros) no valor dos seus investimentos a médio e longo prazo. Estes riscos podem chegar a reduzir os benefícios, o capital disponível e importar alteração de preço dos ativos ou respetiva falta de pagamento, que podem gerar um impacto no crédito, liquidez e riscos de financiamento (funding).

A entidade gestora dispõe de ferramentas e procedimentos para a integração dos riscos de sustentabilidade nos processos de investimento.

A entidade gestora considera os principais impactos adversos das suas decisões de investimento nos fatores de sustentabilidade (fatores "ASG"), de acordo com uma metodologia e indicadores próprios.

Os investimentos que integram a carteira do Fundo não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Mais informação a propósito de matérias ASG (Ambientais, Sociais e de melhores práticas de Governo) pode ser consultada em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/politicas>

1.4. Evolução das Unidades de Participação

Não será apresentada a evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo, uma vez que este OIC foi lançado a 17 de março de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor líquido global do Fundo ascendia a 31 609 100,78 euros, repartidos por 6 133 262 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 5,1537 euros.

1.5. Performance

À data de 31 de dezembro de 2023, a rentabilidade era de 3,07% (dados referentes ao período compreendido entre 17 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2023) e o indicador de risco ISR era de 3.

Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes.

- O Fundo não cobrou comissão de subscrição aos participantes de 17 março de 2023 a 16 de abril de 2023, a partir desta data a comissão de subscrição passou a ser de 5%;
- O Fundo não cobra comissão de resgate aos participantes.

1.6. Custos e Proveitos

| Descritivo | 2023-12-31 | 2022-12-31 | Variação | |
|---|------------------|------------|------------------|-----------|
| | | | Absoluta | Relativa |
| Proveitos | | | | |
| Juros e Proveitos Equiparados | 526 908 | 0 | 526 908 | 0% |
| Rendimento de Títulos | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Ganhos em Operações Financeiras | 1 112 921 | 0 | 1 112 921 | 0% |
| Reposição e Anulação de Provisões | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais | 151 | 0 | 151 | 0% |
| Total | 1 639 980 | 0 | 1 639 980 | 0% |
| Custos | | | | |
| Juros e Custos Equiparados | 120 973 | 0 | 120 973 | 0% |
| Comissões e Taxas | 169 315 | 0 | 169 315 | 0% |
| Comissão de gestão | 156 676 | 0 | 156 676 | 0% |
| Comissão de depósito | 7 833 | 0 | 7 833 | 0% |
| Outras comissões e taxas | 4 806 | 0 | 4 806 | 0% |
| Perdas em Operações Financeiras | 379 020 | 0 | 379 020 | 0% |
| Impostos | 17 972 | 0 | 17 972 | 0% |
| Provisões para encargos | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais | 1 230 | 0 | 1 230 | 0% |
| Total | 688 510 | 0 | 688 510 | 0% |
| Resultado do Fundo | 951 470 | 0 | 951 470 | 0% |

1.7. Demonstração do Património

| Descritivo | 2023-12-31 | 2022-12-31 |
|-----------------------------|-------------------|------------|
| Valores mobiliários | 29 728 857 | 0 |
| Saldos bancários | 1 515 704 | 0 |
| Outros ativos | 392 642 | 0 |
| Total dos ativos | 31 637 202 | 0 |
| Passivo | 28 101 | 0 |
| Valor Líquido do OIC | 31 609 101 | 0 |

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

| Descritivo | 31.12.2023 | | 31.12.2022 | |
|--|-------------------|---------------|------------|---------------|
| | Valor | Peso Relativo | Valor | Peso Relativo |
| Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação | 30 118 235 | 95,20% | - | 0,00% |
| Instrumentos financeiros cotados | 30 118 235 | 95,20% | - | 0,00% |
| Outros fundos públicos e equiparados | 609 264 | 1,93% | - | 0,00% |
| Obrigações diversas | 29 508 971 | 93,27% | - | 0,00% |
| UP's e ações de OIC que não OII (ETF's) | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Unidades de participação/ações de OIC que não OII | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Total do ativo | 31 637 202 | 95,20% | - | 0,00% |

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação *Data License*, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por *market makers* (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflète o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.
2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;

- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
 - Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
 - Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;
2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Remunerações Atribuídas

O Montante total das remunerações atribuídas pela SAM no exercício económico findo a 31 de dezembro de 2023, aos seus 28 (vinte e oito) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

1. A título de remunerações fixas: 1 313 573 €; e,
2. A título de remunerações variáveis: 521 435 €.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (2 colaboradores): 368 398 €;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): 98 251 €;
- Restantes colaboradores (25 colaboradores): 1 368 359 €.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o ano de 2023 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

As remunerações variáveis correspondem a estimativas aproximadas.

1.11. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a SAM SGOIC tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management (SAM Investment Holdings S.L.) dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo, aprovada em Dezembro de 2020 (disponível na página da internet da Santander Asset Management Global - Sección Sostenibilidad). A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política, aplicável ao nível local (que pode ser consultada na página web institucional da sociedade em www.santander.pt)

Esta Política, aprovada em abril de 2023, estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em Assembleias Gerais de Acionistas de Sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com a legislação aplicável e com os normativos voluntários que promovem as melhores práticas e é consistente com os objetivos respetivos de cada veículo.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação "ASG" de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2023

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/politicas>.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em www.santander.pt/pdfs/investor-relations/santander-asset-management-sgoic/politicas-sam-sgoic/politica-voto-sgoic/SAM_PT_Relatorio_Exercicio_Voto_2023.pdf) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

1.12. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 31 de dezembro de 2023 houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.13. Factos Relevantes

1. Estabilização dos mercados financeiros

O final do ano de 2023 ratificou a visão dos agentes de mercado que a desinflação de preços de bens e serviços, deverá deixar os índices de inflação core da Zona Euro e Estados Unidos da América próximos do alvo de 2% no final de 2024. Essa tendência somada à possibilidade de corte de taxas diretoras a partir da segunda metade de 2024, e corroborada pela indicação avançada pela Reserva Federal na última reunião do ano, permitiram a obrigações e ações terminar o ano com performances consideráveis.

Para a indústria de gestão de ativos, o pico e pivot de política monetária mantém condições nos mercados financeiros para gerar retornos positivos nos próximos trimestres. Esta situação, no entanto, coincidirá com o topo de rentabilidade dos bancos nacionais, o que poderá, em termos de volumes, criar um cenário desafiante para as sociedades gestoras.

2. Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3. Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

1.14. Eventos Subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (31 de dezembro de 2023) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 31 de janeiro de 2024

2. Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Santander Objetivo 2026 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total 31 637 202 euros e um total de capital do Fundo de 31 609 101 euros, incluindo um resultado líquido de 951 470 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 17 de março (data de início de atividade do Fundo) a 31 de dezembro de 2023, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Santander Objetivo 2026 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações**, em 31 de dezembro de 2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema

de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Sociedade Gestora do Fundo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 2 de fevereiro de 2024



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC

3. Balanço do Santander Objetivo 2026 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euros)

BALANÇOData: **2023-12-31**

| ACTIVO | | | | | | CAPITAL E PASSIVO | | | |
|---------------|--|-------------------|----------------|----------------|-------------------|--------------------------|--|-------------------|------------|
| Código | | 2023-12-31 | | | 2022-12-31 | Código | | 2023-12-31 | 2022-12-31 |
| | | Bruto | Mv | mv/P | | | | Líquido | |
| | Outros Activos | | | | | | | | |
| 32 | Activos Fixos Tangíveis das SIM | | | | | 61 | Unidades de Participação | 30 666 311 | |
| 33 | Activos Fixos Intangíveis das SIM | | | | | 62 | Variações Patrimoniais | (8 680) | |
| | <i>Total Outros Activos das SIM</i> | | | | | 64 | Resultados Transitados | | |
| | | | | | | 65 | Resultados Distribuídos | | |
| | Carteira de Títulos | | | | | 67 | Dividendos antecipados das SIM | | |
| 21 | Obrigações | 29 013 647 | 716 605 | (1 395) | 29 728 857 | 66 | Resultado Líquido do Período | 951 470 | |
| 22 | Acções | | | | | | <i>Total do Capital do OIC</i> | <u>31 609 101</u> | |
| 23 | Outros Títulos de Capital | | | | | | Provisões Acumuladas | | |
| 24 | Unidades de Participação | | | | | 481 | Provisões para Encargos | | |
| 25 | Direitos | | | | | | <i>Total de Provisões Acumuladas</i> | | |
| 26 | Outros Instrumentos da Dívida | | | | | | | | |
| | <i>Total da Carteira de Títulos</i> | <u>29 013 647</u> | <u>716 605</u> | <u>(1 395)</u> | <u>29 728 857</u> | | Terceiros | | |
| | | | | | | 421 | Resgates a Pagar aos Participantes | 1 931 | |
| | Outros Activos | | | | | 422 | Rendimentos a Pagar aos Participantes | | |
| 31 | Outros activos | | | | | 423 | Comissões a Pagar | 21 983 | |
| | <i>Total de Outros Activos</i> | | | | | 424+...+429 | Outras contas de Credores | 3 572 | |
| | | | | | | 43+12 | Empréstimos Obtidos | | |
| | Terceiros | | | | | 44 | Pessoal | | |
| 411+...+ 418 | Contas de Devedores | | | | | 46 | Accionistas | | |
| 424 | Estado e Outros Entes Públicos | | | | | | <i>Total de Valores a Pagar</i> | <u>27 486</u> | |
| | <i>Total de Valores a Receber</i> | | | | | | Acréscimos e diferimentos | | |
| | | | | | | 55 | Acréscimos de Custos | 615 | |
| | Disponibilidades | | | | | 56 | Recéitas com Provento Diferido | | |
| 11 | Caixa | | | | | 58 | Outros Acréscimos e Diferimentos | | |
| 12 | Depósitos à Ordem | 1 515 704 | | | 1 515 704 | 59 | Contas transitórias passivas | | |
| 13 | Depósitos a Prazo e com Pré-aviso | | | | | | <i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i> | <u>615</u> | |
| 14 | Certificados de Depósito | | | | | | | | |
| 18 | Outros Meios Monetários | | | | | | TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO | <u>31 637 202</u> | |
| | <i>Total das Disponibilidades</i> | <u>1 515 704</u> | | | <u>1 515 704</u> | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | Acréscimos e diferimentos | | | | | | | | |
| 51 | Acréscimos de Proveitos | 392 642 | | | 392 642 | | | | |
| 52 | Despesas com Custo Diferido | | | | | | | | |
| 58 | Outros acréscimos e diferimentos | | | | | | | | |
| 59 | Contas transitórias activas | | | | | | | | |
| | <i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i> | <u>392 642</u> | | | <u>392 642</u> | | | | |
| | TOTAL DO ACTIVO | <u>30 921 992</u> | <u>716 605</u> | <u>(1 395)</u> | <u>31 637 202</u> | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | Número total de Unidades de Participação em circulação | | | | <u>6 133 262</u> | | Valor Unitário da Unidade Participação | <u>5,1537</u> | |

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2023-12-31

| DIREITOS SOBRE TERCEIROS | | | | RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS | | | |
|--------------------------|--|------------|------------|-------------------------------------|--|------------|------------|
| Código | | 2023-12-31 | 2022-12-31 | Código | | 2023-12-31 | 2022-12-31 |
| | Operações Cambiais | | | | Operações Cambiais | | |
| 911 | À vista | | | 911 | À vista | | |
| 912 | A prazo (forwards cambiais) | | | 912 | A prazo (forwards cambiais) | | |
| 913 | Swaps cambiais | | | 913 | Swaps cambiais | | |
| 914 | Opções | | | 914 | Opções | | |
| 915 | Futuros | | | 915 | Futuros | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| | Operações Sobre Taxas de Juro | | | | Operações Sobre Taxas de Juro | | |
| 921 | Contratos a prazo (FRA) | | | 921 | Contratos a prazo (FRA) | | |
| 922 | Swap de taxa de juro | | | 922 | Swap de taxa de juro | | |
| 923 | Contratos de garantia de taxa de juro | | | 923 | Contratos de garantia de taxa de juro | | |
| 924 | Opções | | | 924 | Opções | | |
| 925 | Futuros | | | 925 | Futuros | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| | Operações Sobre Cotações | | | | Operações Sobre Cotações | | |
| 934 | Opções | | | 934 | Opções | | |
| 935 | Futuros | | | 935 | Futuros | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| | Compromissos de Terceiros | | | | Compromissos Com Terceiros | | |
| 942 | Operações a prazo (reporte de valores) | | | 942 | Subscrição de títulos | | |
| 944 | Valores cedidos em garantia | | | 944 | Operações a prazo (reporte de valores) | | |
| 945 | Empréstimos de valores | | | 945 | Valores recebidos em garantia | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| | <i>TOTAL DOS DIREITOS</i> | | | | <i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i> | | |
| 99 | CONTAS DE CONTRAPARTIDA | | | 99 | CONTAS DE CONTRAPARTIDA | | |

4. Demonstração dos Resultados do Santander Objetivo 2026 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOSData: **2023-12-31**

| CUSTOS E PERDAS | | | | PROVEITOS E GANHOS | | | |
|------------------------|---|-------------------------|-------------------|---------------------------|--|-------------------------|-------------------|
| Código | | 2023-12-31 | 2022-12-31 | Código | | 2023-12-31 | 2022-12-31 |
| | Custos e Perdas Correntes | | | | Proveitos e Ganhos Correntes | | |
| | Juros e Custos Equiparados | | | | Juros e Proveitos Equiparados | | |
| 711+...+718 | De Operações Correntes | 120 973 | | 812+813 | Da Carteira de Títulos e Outros Activos | 469 639 | |
| 719 | De Operações Extrapatrimoniais | | | 811+814+817+818 | De Operações Correntes | 57 270 | |
| | Comissões e Taxas | | | 819 | De Operações Extrapatrimoniais | | |
| 722+723 | Da Carteira de Títulos e Outros Activos | 314 | | | Rendimentos de Títulos e Outros Activos | | |
| 724+...+728 | Outras, de Operações Correntes | 169 001 | | 822+...+824+825 | Da Carteira de Títulos e Outros Activos | | |
| 729 | De Operações Extrapatrimoniais | | | 829 | De Operações Extrapatrimoniais | | |
| | Perdas em Operações Financeiras | | | | Ganhos em Operações Financeiras | | |
| 732+733 | Na Carteira de Títulos e Outros Activos | 379 020 | | 832+833 | Na Carteira de Títulos e Outros Activos | 1 112 921 | |
| 731+738 | Outras, em Operações Correntes | | | 831+838 | Outros, em Operações Correntes | | |
| 739 | Em Operações Extrapatrimoniais | | | 839 | Em Operações Extrapatrimoniais | | |
| | Impostos | | | | Reposição e Anulação de Provisões | | |
| 7411+7421 | Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais | | | 851 | Provisões para Encargos | | |
| 7412+7422 | Impostos Indirectos | 17 972 | | 87 | Outros Proveitos e Ganhos Correntes | 151 | |
| 7418+7428 | Outros impostos | | | | | | |
| | Provisões do Exercício | | | | <i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i> | <u>1 639 980</u> | |
| 751 | Provisões para Encargos | | | | | | |
| 77 | Outros Custos e Perdas Correntes | 1 230 | | 89 | Outros Proveitos e Ganhos das SIM | | |
| | | | | | | | |
| | <i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i> | <u>688 510</u> | | | <i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i> | | |
| | | | | | | | |
| 79 | Outros Custos e Perdas das SIM | | | | Proveitos e Ganhos Eventuais | | |
| | | | | | | | |
| | <i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i> | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | Custos e Perdas Eventuais | | | | | | |
| 781 | Valores Incobráveis | | | 881 | Recuperação de Incobráveis | | |
| 782 | Perdas Extraordinárias | | | 882 | Ganhos Extraordinários | | |
| 783 | Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores | | | 883 | Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores | | |
| 788 | Outras Custos e Perdas Eventuais | | | 888 | Outros Proveitos e Ganhos Eventuais | | |
| | | | | | | | |
| | <i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i> | | | | <i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i> | | |
| | | | | | | | |
| 63 | Impostos Sobre o Rendimento do Exercício | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 66 | Resultado Líquido do Período | <u>951 470</u> | | 66 | Resultado Líquido do Período | | |
| | | | | | | | |
| | TOTAL | <u><u>1 639 980</u></u> | | | TOTAL | <u><u>1 639 980</u></u> | |
| | | | | | | | |
| (8x2/3/4/5)-(7x2/3) | Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos | <u>1 203 226</u> | | F-E | Resultados Eventuais [(F)-(E)] | | |
| 8x9-7x9 | Resultados das Operações Extrapatrimoniais | | | B+D+F-A-C-E+74 | Resultados Antes de Impostos | <u>969 441</u> | |
| B-A | Resultados Correntes [(B)-(A)] | <u>951 470</u> | | B+D+F-A-C-E | Resultado Líquido do Período | <u>951 470</u> | |

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Santander Objetivo 2026 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

| DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS | 31-12-2023 |
|---|---------------------|
| OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC | |
| RECEBIMENTOS: | 31 440 008 |
| Subscrições de unidades de participação | 31 440 008 |
| Comissão de Subscrição | |
| Comissão de Resgate | |
| PAGAMENTOS: | (780 446) |
| Resgates de unidades de participação | (780 446) |
| Rendimentos pagos aos participantes | |
| Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC | 30 659 562 |
| OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS | |
| RECEBIMENTOS: | 674 191 |
| Venda de títulos e outros ativos da carteira | 593 931 |
| Reembolso de títulos e outros ativos da carteira | |
| Resgates de unidades de participação noutros OIC | |
| Rendimento de títulos e outros ativos da carteira | |
| Juros e proveitos similares recebidos | 80 261 |
| Outros recebimentos relacionados com a carteira | |
| PAGAMENTOS: | (29 710 266) |
| Compra de títulos e outros ativos da carteira | (29 588 886) |
| Subscrição de unidades de participação noutros OIC | |
| Subscrição de títulos e outros ativos | |
| Juros e custos similares pagos | (120 973) |
| Comissões de Bolsa suportadas | |
| Comissões de corretagem | |
| Outras taxas e comissões | (406) |
| Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos | (29 036 075) |
| OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS | |
| RECEBIMENTOS: | 0 |
| Operações cambiais | |
| Operações de taxa de juro | |
| Operações sobre cotações | |
| Margem inicial em contratos de futuros e opções | |
| PAGAMENTOS: | 0 |
| Operações cambiais | |
| Operações de taxa de juro | |
| Operações sobre cotações | |
| Margem inicial em contratos de futuros e opções | |
| Comissões em contratos de futuros | |
| Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas | 0 |
| OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE | |
| RECEBIMENTOS: | 54 156 |
| Juros de depósitos bancários | 54 006 |
| Outros recebimentos correntes | 151 |
| PAGAMENTOS: | (161 940) |
| Comissão de gestão | (143 375) |
| Comissão de depósito | (7 169) |
| Compras com acordo de revenda | |
| Impostos e taxas | (10 612) |
| Outros pagamentos correntes | (784) |
| Fluxo das Operações de Gestão Corrente | (107 784) |
| OPERAÇÕES EVENTUAIS | |
| RECEBIMENTOS: | 0 |
| Outros recebimentos de operações eventuais | |
| PAGAMENTOS: | 0 |
| Outros pagamentos de operações eventuais | |
| Fluxo das Operações Eventuais | 0 |
| Saldo dos Fluxos de Caixa do Período: | 1 515 704 |
| Disponibilidades no Início do Período: | |
| Disponibilidades no Fim do Período: | 1 515 704 |

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam o seguinte detalhe:

| Descrição | 31-12-2022 | Subscrições | Resgates | Distribuição de Resultados | Outros | Resultados do Exercício | 31-12-2023 |
|-----------------------------|------------|-------------------|------------------|----------------------------|--------|-------------------------|-------------------|
| Valor base | - | 31 440 008 | (773 697) | - | - | - | 30 666 311 |
| Diferença p/Valor Base | - | - | (8 680) | - | - | - | (8 680) |
| Resultados distribuídos | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultados acumulados | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultados do período | - | - | - | - | - | 951 470 | 951 470 |
| Total | - | 31 440 008 | (782 377) | - | - | 951 470 | 31 609 101 |
| Nº de Unidades participação | - | 6 288 002 | (154 739) | - | - | - | 6 133 262 |
| Valor Unidades participação | - | 5,0000 | 5,0561 | - | - | - | 5,1537 |

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

| Escalões | Número de participantes |
|------------------|-------------------------|
| Ups >= 25% | - |
| 10% <= Ups < 25% | - |
| 5% <= Ups < 10% | - |
| 2% <= Ups < 5% | 3 |
| 0.5% <= Ups < 2% | 34 |
| Ups < 0.5% | 617 |
| TOTAL | 654 |

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

| ANO | DATA | VLGF | Valor da UP | Nº UP em circulação |
|------|-----------|------------|-------------|---------------------|
| 2023 | 31/dez/23 | 31 609 101 | 5,1537 | 6 133 262 |
| | 30/set/23 | 31 185 847 | 5,0191 | 6 213 453 |
| | 30/jun/23 | 31 106 113 | 4,9860 | 6 238 748 |
| | 31/mar/23 | 13 854 811 | 5,0000 | 2 770 962 |

Nota 2 – Transações de Valores Mobiliários no Período

O volume de transações do exercício de 2023, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios foi o seguinte:

| Descrição | Compras (1)* | | Vendas (2) * | | Total (1) + (2) | |
|-------------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|-----------------|---------------|
| | Bolsa | Fora de Bolsa | Bolsa | Fora de Bolsa | Bolsa | Fora de Bolsa |
| Fundos Publicos e Equiparados | 608 142 | - | 0 | - | 608 142 | - |
| Obrigacoes Diversas | 29 101 718 | - | 599 109 | 0 | 29 700 826 | 0 |
| TOTAL | 29 709 860 | 0 | 599 109 | 0 | 30 308 969 | 0 |

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a títulos de comissões de subscrições e resgate decompõem-se como se segue:

| Descrição | Valor | Comissões |
|-------------|------------|-----------|
| Subscrições | 31 440 008 | - |
| Resgates | 782 377 | - |

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 31 de dezembro de 2023 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

| Descrição dos títulos | Preço de aquisição | Mais valias | Menos Valias | Valor da carteira | Juros corridos | Total |
|---|--------------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|
| 01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad. | | | | | | |
| 01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados | | | | | | |
| 01.01.02 - Outros fundos públicos e equiparados | | | | | | |
| ORAN 3,375% 23/04/26 | 588 114 | 7 152 | | 595 266 | 13 998 | 609 264 |
| | 588 114 | 7 152 | - | 595 266 | 13 998 | 609 264 |
| 01.01.03 - Obrigações diversas | | | | | | |
| ERSTBK 1,5% 07/04/26 | 661 430 | 11 753 | | 673 183 | 7 717 | 680 900 |
| CMZB 1 04/03/26 | 646 212 | 21 861 | | 668 073 | 5 795 | 673 868 |
| MBGGR 1,5% 09/03/26 | 630 412 | 8 164 | | 638 576 | 8 061 | 646 637 |
| PBBGR 0.1 02/02/26 | 426 540 | 23 000 | | 449 540 | 456 | 449 996 |
| BPCEGP 2.875 22/4/26 | 582 540 | 11 478 | | 594 018 | 12 004 | 606 022 |
| RENAUL 1.75 10/04/26 | 522 066 | 15 809 | | 537 875 | 7 122 | 544 997 |
| CMARK 1.625 15/4/26 | 652 575 | 21 315 | | 673 890 | 8 134 | 682 024 |
| SOCGENO.125 24/02/26 | 630 532 | 24 920 | | 655 452 | 746 | 656 198 |
| NYKRE 0.25 13/01/26 | 648 914 | 27 968 | | 676 882 | 1 741 | 678 623 |
| VZ 3.25 17/02/26 | 627 360 | 4 838 | | 632 198 | 17 838 | 650 037 |
| JPM 3% 19/02/26 | 631 744 | 3 904 | | 635 648 | 16 622 | 652 270 |
| PM 2,875% 03/03/26 | 636 064 | 5 922 | | 641 986 | 15 522 | 657 508 |
| BPLN 2.972 27/02/26 | 634 957 | | (1 395) | 633 562 | 16 050 | 649 612 |
| TTEFP 2,5% 25/03/26 | 589 392 | 3 798 | | 593 190 | 11 557 | 604 747 |
| BACR 0.875% 15/01/26 | 638 761 | 17 650 | | 656 411 | 5 806 | 662 217 |
| SIEGR 0 20/02/26 | 641 109 | 18 515 | | 659 624 | | 659 624 |
| LLOYDS 2.375 09/4/26 | 644 440 | 14 800 | | 659 240 | 11 608 | 670 848 |
| ENIIM 1,5% 02/02/26 | 635 837 | 9 862 | | 645 699 | 9 169 | 654 868 |
| ABIBB 2.7 31/03/26 | 638 729 | 8 860 | | 647 589 | 13 271 | 660 860 |
| VW 0,25% 12/01/26 | 635 649 | 20 930 | | 656 579 | 1 697 | 658 276 |
| UCGIM 0.325 19/01/26 | 644 943 | 23 991 | | 668 934 | 2 194 | 671 127 |
| ISPI 0,625% 24/02/26 | 644 389 | 23 693 | | 668 082 | 3 781 | 671 863 |
| LPTY 0.25% 23/02/26 | 646 553 | 24 775 | | 671 328 | 1 539 | 672 866 |
| WFC 2% 27/04/26 | 633 840 | 13 929 | | 647 769 | 9 116 | 656 885 |
| CCBGBB0.375 13/02/26 | 633 913 | 19 894 | | 653 807 | 2 316 | 656 123 |
| OPBAN 0,25% 24/03/26 | 646 020 | 27 583 | | 673 603 | 1 392 | 674 995 |
| BNP 2,75% 27/01/26 | 646 423 | 17 145 | | 663 568 | 17 113 | 680 680 |
| UBS 0.01 31/03/26 | 649 583 | 30 069 | | 679 652 | 55 | 679 707 |
| RABOBK 1.25 23/3/26 | 640 145 | 16 932 | | 657 077 | 6 614 | 663 691 |
| SANTAN 3.25 4/4/26 | 2 146 056 | 42 812 | | 2 188 868 | 53 137 | 2 242 005 |
| BFCM 2,375% 24/03/26 | 666 218 | 18 928 | | 685 146 | 12 855 | 698 001 |
| TELEFO 1.46% 13/4/26 | 567 492 | 11 418 | | 578 910 | 6 312 | 585 222 |
| REESM 1% 21/4/26 | 658 245 | 14 840 | | 673 085 | 4 890 | 677 975 |
| ENEXI 0,875% 28/04/2 | 651 084 | 17 066 | | 668 150 | 4 150 | 672 300 |
| ALDFP 1,25% 02/03/26 | 645 981 | 22 057 | | 668 038 | 7 292 | 675 330 |
| TOYO 3,375% 13/01/26 | 627 178 | 5 072 | | 632 250 | 20 563 | 652 813 |
| HEIGR 1,625 07/04/26 | 443 793 | 13 231 | | 457 024 | 5 613 | 462 637 |
| MNDI 1,625% 27/04/26 | 638 343 | 18 843 | | 657 186 | 7 518 | 664 704 |
| EDPPL 1.625 26/1/26 | 632 517 | 6 666 | | 639 183 | 9 990 | 649 174 |
| INTN 2,125% 10/01/26 | 674 674 | 10 983 | | 685 657 | 14 508 | 700 165 |
| CABKSM1,125 27/03/26 | 650 944 | 14 616 | | 665 560 | 6 041 | 671 601 |
| TRNIM 1% 10/04/26 | 636 419 | 12 981 | | 649 400 | 4 942 | 654 342 |
| ABNANV 0,5% 15/04/26 | 645 518 | 26 582 | | 672 101 | 2 532 | 674 632 |
| | 28 425 532 | 709 453 | (1 395) | 29 133 591 | 375 380 | 29 508 971 |
| TOTAL | 29 013 646 | 716 605 | (1 395) | 29 728 857 | 389 378 | 30 118 235 |

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 foi o seguinte:

| Descrição | 31-12-2022 | Aumentos | Reduções | 31-12-2023 |
|-------------------|------------|-------------------|-------------------|------------------|
| Depósitos à ordem | - | 32 168 355 | 30 652 652 | 1 515 704 |
| TOTAL | - | 32 168 355 | 30 652 652 | 1 515 704 |

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num

prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.

- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica "Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras", sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de "Acréscimos e diferimentos" e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica "Contas de devedores".

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 5 – Componentes do Resultado do Fundo

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

| Natureza | Ganhos de Capital | | | Ganhos de Juros | | Rendimentos de títulos | Total |
|----------------------------|------------------------|----------------------|------------------|-----------------|----------------|------------------------|----------------|
| | Mais Valias Potenciais | Mais Valias Efetivas | Total | Juros vencidos | Juros corridos | | |
| OPERAÇÕES "À VISTA" | | | | | | | |
| Obrigações | 1 094 230 | 18 691 | 1 112 921 | 80 261 | 389 378 | - | 469 639 |
| Unidades de Participação | 0 | 0 | - | - | - | 0 | - |
| Depósitos | - | - | - | 54 006 | 3 264 | - | 57 270 |
| OPERAÇÕES "A PRAZO" | | | | | | | |
| Câmbiais | | | | | | | |
| Câmbiais a Vista | - | 0 | - | - | - | - | - |
| Futuros | - | 0 | - | - | - | - | - |
| Cotações | | | | | | | |
| Futuros | - | - | - | - | - | - | - |
| Opções | 0 | 0 | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 1 094 230 | 18 691 | 1 112 921 | 134 266 | 392 642 | 0 | 526 908 |

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

| Natureza | Perdas de Capital | | | Juros e Comissões suportadas | | Total |
|--------------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------|------------------------------|----------------|----------------|
| | Menos Valias Potenciais | Menos Valias Efetivas | Total | Juros vencidos e comissões | Juros corridos | |
| OPERAÇÕES "À VISTA" | | | | | | |
| Obrigações | 379 020 | 0 | 379 020 | 120 973 | - | 120 973 |
| Unidades de Participação | 0 | 0 | 0 | - | - | - |
| Direitos | 0 | 0 | 0 | - | - | - |
| Depósitos à Ordem | - | - | - | 0 | - | 0 |
| Câmbiais | | | | | | |
| Forward | - | - | - | - | - | - |
| OPERAÇÕES "A PRAZO" | | | | | | |
| Câmbiais | | | | | | |
| Forwards | - | 0 | 0 | - | - | - |
| Futuros | - | 0 | 0 | - | - | - |
| Cotações | | | | | | |
| Futuros | - | 0 | 0 | - | - | - |
| Comissões | | | | | | |
| De Gestão | - | - | - | 156 676 | - | 156 676 |
| De Depósito | - | - | - | 7 833 | - | 7 833 |
| De Carteira de Títulos | - | - | - | 314 | - | 314 |
| De Operações Extrapatrimoniais | - | - | - | 0 | - | 0 |
| Taxa de Supervisão | - | - | - | 4 231 | - | 4 231 |
| Outras Comissões | - | - | - | 262 | - | 262 |
| TOTAL | 379 020 | 0 | 379 020 | 290 288 | 0 | 290 288 |

Nota 9 – Impostos

Em 13 de janeiro de 2015 foi aprovado o Decreto-Lei nº 7/2015, que procedeu à reforma do regime de tributação dos organismos de investimento coletivo alterando: a) O Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho e b) Código do Imposto de Selo, aprovado pela Lei nº 150/99, de 11 de setembro. Esta alteração foi objeto de emissão de uma circular (Circular 6/2015) emitida pela Autoridade Tributária em 17 de junho.

Neste domínio, passa a aplicar-se, como regra, o método de tributação "à saída", com a tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas dos rendimentos auferidos pelos

investidores em oposição ao regime anterior que se caracterizava pela tributação dos rendimentos e mais-valias na esfera do Fundo, aplicando-se a isenção no resgate.

O Decreto-Lei nº 7/2015 veio ainda criar uma nova verba na Tabela Geral do Imposto de Selo, visando a tributação do valor líquido global dos Organismos de Investimento Coletivo.

Este diploma, com efeito a partir de 1 de julho de 2015, estabeleceu no entanto um período transitório segundo o qual, e com referência a 30 de junho de 2015, determinou que fossem apurados os montantes de imposto que se mostrassem devidos, nos termos da redação do artigo 22º do EBF em vigor até à data da produção de efeitos deste diploma, relativamente aos rendimentos por si auferidos e que não sejam imputáveis, a período ou períodos posteriores a 30 de junho de 2015.

À data de 31 de dezembro de 2023 os impostos suportados pelo Fundo tem a seguinte decomposição:

| Descritivo | 31-12-2023 | 31-12-2022 |
|--|---------------|------------|
| Impostos pagos em Portugal | 17 972 | 0 |
| Impostos sobre rendimento de capital | | |
| Mais Valias | - | - |
| Dividendos | - | - |
| Juros | - | - |
| Outros Impostos sobre rendimentos de capital | - | - |
| Impostos Indiretos | | |
| Imposto de Selo | 17 972 | 0 |
| Outros Impostos | - | - |
| Impostos pagos no estrangeiro | - | - |
| Impostos sobre rendimentos de capital | | |
| Dividendos | - | - |
| Outros Impostos sobre rendimentos de capital | - | - |
| TOTAL | 17 972 | 0 |

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 31 de dezembro de 2023 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

| Maturidades | Montante em Carteira (A) | Extra-Patrimoniais (B) | | | | Saldo (A)+(B) |
|----------------|--------------------------|------------------------|-------------|---------|--------|---------------|
| | | FRA | Swaps (IRS) | Futuros | Opções | |
| de 0 a 1 ano | 0 | - | - | - | - | - |
| de 1 a 3 anos | 30 118 235 | - | - | - | - | 30 118 235 |
| de 3 a 5 anos | 0 | - | - | - | - | - |
| de 5 a 7 anos | 0 | - | - | - | - | - |
| mais de 7 anos | 0 | - | - | - | - | - |

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;

b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e

c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 31 de dezembro de 2023:

| | Perda potencial no final do período em análise | Perda potencial no final do exercício anterior |
|------------------------|--|--|
| Carteira sem derivados | 31 609 101 | - |
| Carteira com derivados | 31 609 101 | - |
| | 0,00% | 0,00% |

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 31 de dezembro de 2023 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

| Encargos | Valor | %VLGF ⁽¹⁾ |
|-----------------------------------|----------------|----------------------|
| Comissão de Gestão Fixa | 162 943 | 0,56% |
| Comissão de Depósito | 8 146 | 0,03% |
| Taxa de Supervisão | 4 231 | 0,01% |
| Custos de Auditoria | 1 230 | 0,00% |
| Outros Custos Correntes | 11 653 | 0,04% |
| TOTAL | 188 203 | |
| TAXA DE ENCARGOS CORRENTES | | 0,64% |

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

O Fundo iniciou a sua atividade em 17 de março de 2023, pelo que não existem demonstrações financeiras comparativas em 31 de dezembro de 2022.

Nota 17 – Factos relevantes

1) Estabilização dos Mercados Financeiros

O final do ano de 2023 ratificou a visão dos agentes de mercado que a desinflação de preços de bens e serviços, deverá deixar os índices de inflação core da Zona Euro e Estados Unidos da América próximos do alvo de 2% no final de 2024. Essa tendência somada à possibilidade de corte de taxas diretoras a partir da segunda metade de 2024, e corroborada pela indicação avançada pela Reserva Federal na última reunião do ano, permitiram a obrigações e ações terminar o ano com performances consideráveis.

Para a indústria de gestão de ativos, o pico e pivot de política monetária mantém condições nos mercados financeiros para gerar retornos positivos nos próximos trimestres. Esta situação, no entanto, coincidirá com o topo de rentabilidade dos bancos nacionais, o que poderá, em termos de volumes, criar um cenário desafiante para as sociedades gestoras.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do fundo.